

The background of the cover is a photograph of several hands held out in a gesture of offering or prayer. The hands are positioned at different depths, with some in sharp focus in the foreground and others blurred in the background. The lighting is soft and warm, creating a sense of peace and spirituality. The overall color palette is dominated by warm, earthy tones like beige, light brown, and soft orange, which are also reflected in the text boxes.

Teologia das Religiões 2

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Denise Pereira
(Organizadora)

Teologia das Religiões 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	Teologia das religiões 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Teologia das Religiões; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-386-6 DOI 10.22533/at.ed.866190706 1. Religião. 2. Teologia – Estudo e ensino. I. Pereira, Denise. II.Série CDD 200.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A teologia das religiões vem ganhando destaque na contemporaneidade. Deste modo a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem dá os primeiros passos acadêmicos nos estudos teológicos, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate teológico das e sobre as religiões, quais seriam os caminhos mais adequados para nos situarmos. Os diversos autores investigam as questões mais prementes e que nos tocam mais de perto, tendo em vista a diversidade de contextos eclesiais e acadêmicos em que cada pessoa ou grupo está envolvido.

E se propõem a mostrar o que pesquisadores da religião, de diferentes áreas: teologia, sociologia, história e antropologia, ao analisarem o que diferentes confissões e partes do mundo, estão dizendo a respeito do tema.

Desde o século XIX, a teologia das religiões tem desafiado a cientistas da religião, a observarem os encontros e o desencontros do cristianismo com as demais religiões.

A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o mundo atual e, particularmente, o contexto teológico latino-americano, especialmente pela sua vocação libertadora e pelos desafios que advém de sua composição cultural fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas. A Teologia Latino-Americana da Libertação, dentre os seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre os desafios do pluralismo religioso.

Sendo assim, “Teologia das Religiões” é uma abordagem impactante, por vezes, controverso e até mesmo conflitivo, os autores consideram que apresentar um leque de diferentes autores e perspectivas seria uma contribuição significativa e relevante.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESPEDIDA DA METAFÍSICA E O CRESCIMENTO DOS SEM RELIGIÃO	
Omar Lucas Perrout Fortes de Sales Clóvis Ecco	
DOI 10.22533/at.ed.8661907061	
CAPÍTULO 2	8
CATOLICISMO E OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES : O EMBATE ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A HERMENÊUTICA DA CONTINUIDADE NO CATOLICISMO ROMANO E BRASILEIRO	
Alfredo Moreira da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8661907062	
CAPÍTULO 3	21
A BÍBLIA HEBRAICA NA TRADIÇÃO RABÍNICA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA LITERATURA JUDAICA	
Daniela Susana Segre Guertzenstein	
DOI 10.22533/at.ed.8661907063	
CAPÍTULO 4	35
A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENÇAS CULTURAIS PERCEBIDAS: LENTES PARA COMPREENDER OS ENCONTROS ENTRE JESUS, A MULHER SAMARITANA E OS BRASILEIROS	
Marcelo Eduardo da Costa Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8661907064	
CAPÍTULO 5	46
A IMANÊNCIA E A TRANSCENDÊNCIA NA OBRA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA	
Marcos Benaia Oliveira Ferreira Maria Aparecida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8661907065	
CAPÍTULO 6	52
A LEI DE PAULO E O “VÍCIO FORMAL”: A UNIVERSALIZAÇÃO PAULINA E A IMPESSOALIDADE DA CRENÇA COMO BASES PARA A RACIONALIDADE OCIDENTAL	
Giuliano Martins Massi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907066	
CAPÍTULO 7	60
A PERSPECTIVA RELIGIOSA DE ADOLESCENTES INFRATORES DA GRANDE BELÉM	
Weslley Cardoso de Sousa Jessica Rocha de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.8661907067	
CAPÍTULO 8	73
A REFORMA PROTESTANTE ONTEM E HOJE	
Mayumi Busi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907068	

CAPÍTULO 9	82
A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS POR LÍDERES RELIGIOSOS E A PERCEPÇÃO DE SEUS SEGUIDORES VIRTUAIS	
Peter Michael Alves Rodrigues Ramos Edvaldo Leal Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8661907069	
CAPÍTULO 10	94
A VISIBILIDADE MIDIÁTICA E A PÓS MODERNIDADE AS RELIGIÕES E AS REDES SOCIAIS	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.86619070610	
CAPÍTULO 11	105
ANA PAULA VALADÃO: POLÊMICAS MIDIÁTICAS NA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E GÊNERO	
Miriã Joyce de Souza Sales Capra	
DOI 10.22533/at.ed.86619070611	
CAPÍTULO 12	116
CATOLICISMO POPULAR: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO-TOCANTINS	
Valdir Aquino Zitzke	
DOI 10.22533/at.ed.86619070612	
CAPÍTULO 13	128
FESTA DE SANT'ANA: UMA CULTURA COMO CRENÇA NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070613	
CAPÍTULO 14	138
CELEBRAR PARA VENCER: RELIGIOSIDADE NO FUTEBOL	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070614	
CAPÍTULO 15	152
CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA CORPORAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PRISMA JURÍDICO-RELIGIOSO DA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃO*	
Paulo Adroir Magalhães Martins	
DOI 10.22533/at.ed.86619070615	
CAPÍTULO 16	160
CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: PERIÓDICOS A SERVIÇO DA IGREJA CATÓLICA	
Andressa Paula	
DOI 10.22533/at.ed.86619070616	
CAPÍTULO 17	171
DE MORNENSE A SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO CATÓLICA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA INÊS (1908-1934)	
Julia Rany Campos Uzun	
DOI 10.22533/at.ed.86619070617	

CAPÍTULO 18	182
DO QUE RIEM OS PENTECOSTAIS?: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS HUMORISTAS GOSPELS NA GRANDE REDE	
Wesley Silva Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070618	
CAPÍTULO 19	193
IDENTIDADE ESPÍRITA NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA COMPARAÇÃO INSTITUCIONAL	
Jose Pedro Simões Neto	
DOI 10.22533/at.ed.86619070619	
CAPÍTULO 20	212
JUSTIÇA TOMISTA NO SÉCULO XXI?	
Moacir Ferreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.86619070620	
CAPÍTULO 21	218
LO RELIGIOSO COMO ORDEN SOCIAL Y COMO EXPERIENCIA SUBJETIVA. CONSIDERACIONES ONTOGENÉTICAS	
Manuel Martínez Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.86619070621	
CAPÍTULO 22	232
O TARÔ E A PRÁTICA ORACULAR NA ERA DA MEDIATEZADAÇÃO ESPIRITUAL	
Kelma Amabile Mazziero de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070622	
CAPÍTULO 23	244
OS ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA NO TOCANTINS: 1904 A 1988	
César Evangelista Fernandes Bressanin	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.86619070623	
CAPÍTULO 24	254
ROLO DE GRAVURA (<i>PICTURE ROLL</i>) E A ESTRATÉGIA ADVENTISTA DE EVANGELIZAÇÃO INFANTIL E GLOBAL ENTRE 1915 E 1999	
Elder Hosokawa	
Cleyton Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070624	
CAPÍTULO 25	268
SANTOS, ÍNDIOS E MALANDROS NO CULTO DE MARIA LIONZA	
Daniela Calvo	
DOI 10.22533/at.ed.86619070625	
CAPÍTULO 26	281
UM CANDEEIRO DE SOFIA: O CASO DA IGREJA RASTAFÁRI E SEU LÍDER, RAS GERALDINHO	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070626	

CAPÍTULO 27 290

“POBRES ENTRE OS POBRES, MARGINALIZADOS ENTRE OS MARGINALIZADOS, OS ELEITOS DE DEUS”: MESSIANISMO E POBREZA ENTRE OS ISRAELITAS DA NOVA ALIANÇA NA AMÉRICA LATINA

[Lucía Eufemia Meneses Lucumí](#)

DOI 10.22533/at.ed.86619070627

SPBRE OS ORGANIZADORES 314

LO RELIGIOSO COMO ORDEN SOCIAL Y COMO EXPERIENCIA SUBJETIVA. CONSIDERACIONES ONTOGENÉTICAS

Manuel Martínez Herrera

RESUMEN: Se aborda el fenómeno religioso desde dos dimensiones divergentes y convergente a la vez, esto es, en su condición histórico-social como constructor de realidades que permean la vida y convivencia entre los individuos, y como condición subjetiva allende a los mandamientos sociales y las convenciones simbólicas dadas. Lo religioso hace comunidad a partir de un código y una práctica compartida que hermana, al tiempo que entrafña un universo que alude a la mismidad de cada quien, más allá del orden simbólico y de la estructura social. La escisión del sujeto entre el consenso comunicacional y lo proscrito culturalmente lo pone merced del deseo, en el oblicuo lugar donde el orden societario se quiebra y la experiencia trasciende el orden simbólico.

PALABRAS-CLAVES: Estructura social, cambio estructural, ontología, subjetividad y religiosidad.

O RELIGIOSO COMO ORDEM SOCIAL E COMO EXPERIÊNCIA SUBJETIVA:

CONSIDERAÇÕES ONTOGENÉTICAS

RESUMO: O fenômeno religioso é estudado desde duas dimensões divergentes e convergentes ao mesmo tempo, isto é,

em sua condição histórica-social como um construtor das realidades que permeiam a vida e a coexistência entre indivíduos, e como uma circunstância subjetiva além dos mandamentos sociais e convenções simbólicas dadas. O religioso faz comunidade a partir de um código e uma prática compartilhada que junta ao mesmo tempo em que envolve um universo que alude à particularidade de cada um, além da ordem simbólica e da estrutura social. A cisão do sujeito entre o consenso de comunicação e culturalmente proscrito coloca-se a graça do desejo, no lugar oblíquo onde a ordem social se quebra e a experiência transcende a ordem simbólica.

Consideraciones Preliminares

Para el marxismo el individuo es el resultado de procesos históricos intersubjetivos, es decir sociales, según sea su participación en la construcción del mundo material. Siguiendo dicha perspectiva, diremos que la característica fundamental del psiquismo humano es la acción-asimilación del contexto histórico-social, lo cual definirá sus características y modalidades. El sujeto como tal, es una síntesis única e irreplicable del entorno social, es la individualización del contexto cultural (Martín-Baró, 2005) a partir de lo cual se incorporan y

asumen las prescripciones, prohibiciones, sistemas de valores y creencias (religiosas o no) que conforman las formas de ser en las dimensiones sociales y personales.

El sujeto se constituye a partir de las formas de interacción social, o dicho en palabras de Lorenzer (2001), el sujeto es la sedimentación de las distintas formas de interacción, lo cual acaece desde la fusión dual indiferenciada, pasando por la relación diádica en sus diferentes momentos, hasta la “separación-individuación” (Mahler y Furer, 1972) y la denominada socialización secundaria; es decir, estamos constituidos en función de nuestros vínculos y experiencias sociales que son a la vez culturales, los sujetos como tales están inevitablemente signados por encargos y mandatos propios de la cultura que les corresponde vivir.

Es, el entramado social el que brinda contenido y sentido a la estructura psíquica a partir de una experiencia simbólicamente estructurada. La subjetividad esta atravesada por los contornos sociales y culturales que emergen de una realidad histórica concreta. La característica esencial del funcionamiento psíquico, tal y como como se indicó, es la acción-asimilación individualizada del contexto histórico-social, de manera tal, que toda psicogénesis es por definición una sociogénesis (Martínez, 2014). Las identidades se constituyen a partir de las discursos, convenciones y estructuras sociales que median las formas de relacionarse y de vincularse. Los discursos religiosos, en tanto realidades simbólicas pre-estructuradas, mediatizan la recepción subjetiva de la materialidad social y crean una matriz de sentido personalizada que define las identidades y contribuye a conformar las subjetividades, a saber, singulares maneras de sentir, pensar y actuar.

El edificio teórico del marxismo, no da cuenta de los procesos asimilación individualizada que ocurren a nivel endo e intra psíquico, tampoco posee una concepción de psiquismo que explique la diversidad de las funciones psicológicas; su propósito, es la comprensión de la realidad social y no necesariamente del individuo, aunque lo considera.

El orden social imperante, va más allá de una serie de ideas hegemónicas y del conjunto de las instituciones y agencias sociales dominantes en un momento histórico y formación social dada; es una inscripción en la vida y experiencia de los individuos constructora de realidades psíquicas que los asemejan y diferencian constituyendo a la vez, personalidades y colectividades. De esta manera, la subjetividad pierde su opacidad y se convierte en el resultado de un proceso que emana de una materialidad social concreta, que coloca al sujeto en determinadas coordenadas histórico-sociales, a las cuales corresponden ciertas formas de relaciones y funciones sociales asumidas por el propio sujeto.

Para el marxismo la preeminencia de la conciencia como característica esencial del ser humano, es el resultado de la materia altamente organizada producto de la transformación histórica del mundo material. A partir de dicha materialidad histórica de la conciencia emergen las cosmogonías, sistemas de creencias y las propias religiones, que serán necesariamente reflejo de las condiciones materiales de existencia y de

las contradicciones sociales en el seno de una formación socio-económica dada, que empero el individuo puede cambiar de manera consciente.

Es importante enfatizar que existe a nivel del marco social regulatorio unos grados de libertad que posibilitan la des-colocación del sujeto respecto a los cánones y dictados sociales, eso sí, sin perder de vista que cualquier discurso contestatario es siempre un discurso acerca del discurso dominante, al cual tiene como su referente (Martínez, 2014). Este ámbito de libertad, posibilita históricamente, variaciones en las concepciones y prácticas sociales, así como las transformaciones estructurales.

El fundamento de la dominación no radica exclusivamente en el ejercicio del poder coercitivo, ni siquiera en la complicidad de las conciencias engañadas, sino en la existencia de estructuras sociales hegemónicas que reproducen el orden social dominante como un estado de cosas dado, el cual, se asume como resultado del sentido común y por tanto fuera de toda duda o sospecha razonable; todo lo cual, acaece al margen de la conciencia a partir de lo que Bourdieu (2007) denomina como el “habitus”, cuyo poder radica en que prescinde de toda lógica argumental, confirmándose a partir de su existencia y de la reiteración misma. El sentido de las cosas queda así fuera de toda intelección, es una cotidianidad que a partir de su familiaridad escapa a la observación y al escrutinio riguroso que permita develar su falsa apariencia y lógica subyacente.

El fenómeno de lo religioso

La evidencia arqueológica a cerca de que los neandertales enterraban a sus muertos y no solo los abandonaban como ocurre en el reino animal, pone de manifiesto la existencia de cierta conciencia acerca del fenómeno muerte y de la propia finitud. Más allá de cualquier explicación de naturaleza utilitaria, sanitaria por ejemplo, surgen las preguntas como: ¿se concebía la permanencia del alma de los difuntos en este mundo?, tal y como ocurre en diversas culturas y creencias, ¿qué leyes gobernaban el reino de los difuntos?, ¿qué tipos de rituales se utilizaban?, ¿cuál era su significado y sentido profundo? y ¿en qué momento la muerte dejó de ser algo inherente a la vida? De nuestros antepasados, anteriores al homo sapiens, quizá nunca tengamos respuesta, pero sin duda en este hecho (de orden trascendente) encontraremos el origen de los ulteriores sistemas religiosos. La muerte es la sombra de la religión, su eterna compañera y su razón de ser.

El origen de la religión, históricamente hablando, lo encontramos en la mitología como una forma de conocimiento que brinda explicaciones, establece certidumbres y construye realidades psíquicas y sociales en los albores de la humanidad que van más allá de un mero relato, constituyéndose en una consustancialidad y realidad viviente que sostiene el universo social. El mito brinda una respuesta acerca de cuestiones trascendentes como el origen del universo, el mundo, la vida, la humanidad y la

muerte (Leví-Struss, 2007). Entre los mitos los hay cosmogónicos (acerca del origen de la creación), teogónicos (que relatan la existencia e historia de los dioses y su relación con los seres humanos), antropogónicos (sobre la aparición del ser humano), escatológicos (describen el futuro y con frecuencia el fin de los tiempos) y los mitos morales (sobre la proverbial lucha entre el bien y el mal). Las antiguas religiones tienen en general un origen mítico, que da cuenta del vínculo entre lo humano y lo divino y contribuyen a crear comunidad y a establecer los linderos entre lo propio y lo ajeno, a partir de una cosmovisión compartida del mundo y de la vida.

Para Foucault (2009), el interés acerca del “sí mismo” se puede observar en la antigüedad clásica europea, tanto en los pre-socráticos como en el propio Sócrates; durante el medioevo se expresa bajo la forma de arrebatos y contemplación mística. A nivel filosófico, con el sistema cartesiano, el origen de la certidumbre y de la verdad deviene de la confirmación de la propia existencia, a su vez, la existencia de Dios es demostrada racionalmente cuando se propone que un ser finito (ser humano) concibe la existencia de un ser infinito (Dios), por tanto, dicha certidumbre sólo puede venir de Dios, que es un ser infinito (Descartes, 2007). Posteriormente, la verdad pasa a ser patrimonio de la ciencia y se separan definitivamente la ciencia y la teología.

Las ideas religiosas son tributarias del correspondiente orden social de donde surgen y encuentran su sustento y razón de ser; suelen estar motivadas por éste, apuntalando generalmente al régimen social imperante a cuyo servicio también se encuentran. Históricamente ha existido una relación de mutuo beneficio entre las religiones oficiales y los regímenes políticos, de manera tal, que existe una coincidencia en fines y propósitos, digamos, mundanos.

El fenómeno de lo religioso ha sido un aspecto esencial del devenir cultural con una mayor o menor incidencia según el momento histórico que se trate, siendo siempre una parte constitutiva de la matriz discursiva a nivel social. En el orden simbólico los decálogos religiosos y sus prescripciones, prohibiciones y propósitos quedan inscritos en los códigos y órdenes sociales, en la cotidianidad y en la vida misma. Para Bourdieu (2000), los valores simbólicos se transmiten de cuerpo a cuerpo, por la fuerza de la costumbre y la reiteración de la usanza, en una suerte de compulsión a la repetición al margen de la conciencia y sin la necesidad de invocar justificación alguna. En el plano religioso, las prácticas rituales contribuyen a cimentar la tradición independientemente de cualquier razonamiento, tan sólo, por el imperio de la fe.

El espectro de lo religioso se ubica en el orden del “consenso comunicacional” (Lorenzer, 2001) esto es, de los significados socialmente dados a partir de una convención social tácita que se asume como una verdad compartida, de lo cual derivaran las teologías, los preceptos y rituales que constituyen la dimensión social del fenómeno religioso. Resultado de ésta experiencia colectiva, se construye una identidad compartida en función de ideales, principios y propósitos socialmente asumidos que crean comunidad, lo cual posibilita el surgimiento de lazos y de vínculos sociales. El establecimiento de un marco social regulativo que define las acciones,

comportamientos, pensamientos, sentimientos y formas de ser hace posible reconocer y a la vez diferenciar a las diversas comunidades religiosas.

Lo religioso, es una discursividad previa a la emergencia de un sujeto concreto que permite ubicarlo en algún lugar de las redes sociales de sentido. El sujeto como tal, se posiciona de cierta manera a partir de una realidad pre-existente que le impone una forma de ver, entender y ser en el universo social. Lo religioso como fenómeno social, brinda un espacio de comunidad y pertenencia, funciona como certeza y soporte emocional, siendo al mismo tiempo identidad individual y colectiva. Es un espacio de socialización, interacción y vinculación donde el individuo ejercita su subjetividad, y en tanto momento de encuentro interpersonal posibilita la realización de necesidades y deseos conscientes e inconscientes. Lo religioso deviene entonces, como un fenómeno social e individual.

Lo religioso, como parte integral del tejido social tiende a auto-perpetuarse por vía del decir y hacer del sujeto, siendo consustancial al si mismo de cada quien. Sus preceptos y mandamientos son asumidos como propios a partir de un orden establecido generalmente al margen de la consciencia, eso si, con la concomitante carga ética, moral y emocional (Bourdieu, 2012); siendo el caldo de cultivo de los miedos, prejuicios, anhelos y esperanzas que nos conforman en cada momento histórico. La religiosidad brinda estructura, contenido y sentido, impactando a la subjetividad de determinadas maneras y movilizándolo al sujeto en pos de ciertos idearios y formas de vida establecidos.

Desde una perspectiva ontológica la verdad reside en el sujeto, la verdad es de quien la enuncia. Empero la verdad, al menos para el psicoanálisis, es siempre elusiva, incluso para el propio sujeto que le opone resistencias, se engaña y miente a si mismo. A propósito de la verdad se debe recordar aquella paradoja que dice a la letra: “Yo siempre miento”. Por otra parte, las verdades supraterráneas son aquellas que nos hablan de un más allá y nos brindan consuelo y esperanza, aquellas que son transmutadas por la fe en la Verdad, la cual prescinde de toda valoración y demostración y esta fuera de toda duda: el tema de la veridicción y de la comprobación fáctica no es un asunto de las religiones. La fe se alimenta a si misma de sus propios dogmas y de la experiencia subjetiva que emerge como único criterio de validación; la racionalidad y la ciencia es el lugar de las verdades mundanas, en tanto en los sistemas religiosos habitan las verdades trascendentes.

Psicoanálisis y religión

Algunos creyentes refieren una experiencia paroxística caracterizada por una plenitud de gozo, que posiblemente asemeja las experiencias de los místicos y santos de todas las culturas y religiones. Dicha experiencia de “sentimiento oceánico”, tal y como la llamó Freud (1930/2012), es afín al “nirvana” oriental entendido como despojo

o desatadura de sí mismo, a partir de la unión con la totalidad plena, lo cual, implica una renuncia al sufrimiento y al deseo, así como la experiencia de una felicidad suprema. Un estado semejante es inasible e inconcebible, tan solo nos es dado experimentar, es una suerte de trascendencia metafísica que permite la unidad con lo absoluto, donde ni se es, ni no se es; sin dualidad y sin contrario alguno. Para Freud la totalidad primordial perdida remite a una in-completud que escapa a las posibilidades sociales e individuales de su realización, a un retorno imposible a aquel primer momento que se añora y desea, el cual encuentra tan solo una realización sustitutiva en las fantasías, ficciones y religiones, así como en la sublimación resultado de la represión cultural.

En el caso del nirvana freudiano (Freud, 1920/2012), característico de los primeros momentos de la existencia humana, no existe una diferenciación del yo y del no yo, del yo y del otro, de manera tal, que se es uno con la totalidad. Este estado ha sido aludido de otras maneras, tales como, el “narcisismo primario” (Freud, 1914/2012) que es un narcisismo sin objeto afectivo, la “etapa egocósmica” para los desarrollistas (Moragas, 1970) y la “fase autística” o “glisrocárica” inspiradas en la obra de Melanie Klein, previo a la irrupción materna donde acaece una fusión o indiferenciación dual. Quirce (2014) por su parte, plantea que la conciencia de sí se caracteriza por la necesidad de una vivencia y de una experiencia unitaria del mundo interior que de sentido, coherencia y continuidad al si mismo, en una realidad constantemente cambiante. Es precisamente esta ficción especular que tenemos de nosotros mismos lo que nos representa ante los demás y a partir de lo cual establecemos relaciones fantaseadas, hechas a nuestra imagen y semejanza. Posteriormente volveremos sobre este mismo asunto.

Para la mitología freudiana, en la génesis de la humanidad, el padre de la horda primordial: amado, temido y envidiado fue asesinado a causa de la concupiscencia de sus hijos, quienes posteriormente embargados de culpa, juran nunca más volver a derramar la sangre propia, al tiempo que el padre totémico es elevado a nivel supra terrenal, negándosele en este acto todo deseo mundano; en tanto, se posterga para los hijos el goce pleno hasta después de la muerte (Freud, 1913/2012). Para Freud (1913/2012), el rito eucarístico católico conmemora el parricidio colectivo y el pacto original de denegación del objeto primordial de deseo, lo que da paso a la organización social.

Este hecho marca una ruptura con el reino animal, inspirado en las observaciones darwinianas de los primates superiores donde impera la fuerza del macho dominante, sin embargo, en el caso de la humanidad la fratía suma fuerzas y realiza colectivamente lo que individualmente no se podía, privándose posteriormente del objeto de su deseo. Un hecho inédito que establece una primera ley impuesta por el consenso y por la coerción grupal, es en la colectividad y no en el individuo donde reside y emana el poder, lo cual inaugurara para siempre el universo social.

El estadio del totemismo es para Freud (1913/2012) el germen de los posteriores sistemas religiosos, que al igual que estos tiene sus prescripciones, prohibiciones y rituales. Los individuos se conciben como semejantes a partir del reconocimiento

simbólico de un ancestro o ancestros en común (tótem), entorno al cual se tejen las mitologías y cosmogonías que generan las identidades sociales. El rito, característico en todas las religiones, conmemora un momento crucial de comunión con las deidades, reafirma simbólicamente las propias convicciones y hermana a la comunidad de creyentes.

La civilización y la cultura tienen para el psicoanálisis (Freud, 1927/2012) el imperativo de dominar una especie de salvajismo primordial que caracteriza al ser humano, lo que conlleva a la prohibición del canibalismo, el parricidio y el incesto. El incesto se establece como ley fundante –tabú– a manera de un pacto social primordial sobre el cual reposará toda legitimidad ulterior. Después de este momento, míticamente narrado, la cultura propiciará la realización pulsional de manera sublimada, estos es, según los propósitos y mandamientos culturales que median las relaciones entre los sujetos; la cultura es entonces hija de la renuncia y deviene como un subrogado del dominio pulsional. La religión cumple a este efecto su cometido civilizador.

El tabú del incesto como constante filogenética que marca la historia de la cultura, tiene su correlato a nivel ontogenético en el denominado complejo de edipo, que es la piedra angular a partir de la cual se organiza la constitución de la subjetividad. El complejo de edipo es consustancial a la culpa que genera el desafío a la figura paterna e impone la renuncia y la aceptación de la propia falta. El reconocimiento de la falta y la culpabilidad concomitante nos hace acreedores, no sólo a la renuncia correspondiente, sino también a la penitencia en virtud de la falta cometida. Encontramos aquí el meollo de los sistemas religiosos basados en la culpabilidad y la reparación, así como el punto de anclaje entre la estructura neurótica caracterizada por la falta y el disentimiento culpógeno, con las religiones que propician el arrepentimiento y el perdón. Existe también un paralelismo entre la etapa edípica, donde el padre todo poderoso termina cayendo en falta y su omnipotencia es ulteriormente transferida al Dios Padre, con la historia del parricidio en los orígenes de la cultura, donde el padre muerto es elevado a los cielos. La reconciliación con el Padre es parte de las promesas de las religiones basadas en las antiguas tradiciones judaicas, que nos ofrecen aliviarnos del pesado fardo de la culpa y experimentar algún tipo de consuelo espiritual, lo cual no es poca cosa.

Freud (1930/2012) plantea una cierta semejanza entre el desarrollo infantil, específicamente a nivel pre-edípico y edípico y la organización totémica, en ambas situaciones el padre omnipotente es amado, temido y odiado y cuya desaparición se desea en pos de tener para sí el objeto primordial de deseo. También acaece, en ambos casos, la renuncia al objeto primordial de deseo y el sometimiento a la autoridad paterna o al Dios-padre. En el caso de las neurosis fóbica, el objeto sobre el cual recaen las ansiedades y temores es con frecuencia un animal, que como en el caso de Juanito (Freud, 1909/2012) funciona como un subsidiario de la figura paterna, no en vano Freud definió la neurosis como una religión privada. Lo propio ocurre con el tótem, con frecuencia representado con la figura de un animal, objeto de veneración

y sobre el cual recaen diversas prescripciones y prohibiciones. Para Freud (1927), la espiritualidad es terrenal y apela a las más sublimes realizaciones humanas que nos separan de un salvajismo primordial que la cultura intenta conjurar, jamás es fe ciega o iluminación divina.

Desde una perspectiva psicológica, el cristianismo está signado por una culpa primordial (pecado original) a raíz del desafío al Dios Padre en el principio de los tiempos, lo cual motivó, siguiendo la doctrina, la expulsión del Paraíso Terrenal dando lugar posteriormente a la nueva alianza que se sella con la muerte y resurrección del Hijo del Padre quien, en este acto, redimió nuestros pecados. Tal y como lo planteó Jung (2001), no es posible comprender el mundo occidental si no se reconoce su origen judeo-cristiano. El psicoanálisis nace en el seno de la cultura occidental y adviene como una especie de “psicología” de la culpa heredera de la tradición judaica con su pater omnisciente, omnipotente y providente que demanda culto y sometimiento (Martínez, 2011).

Existe cierto declive y pérdida de influencia contemporánea de las religiones en el mundo occidental, lo cual tiene que ver con el debilitamiento de la función edípica del padre, de su autoridad y poder; así como de un relajamiento de los viejos recursos de contención súper yoica y del temor que la figura paterna inspira. La apelación a la culpa por el desacato parece relativizarse en el concierto de una sociedad cada vez menos proclive a seguir los dictados de la tradición que tienen un claro carácter patriarcal, acudimos a una sociedad con un padre en falta cuya autoridad y dominio se desmoronan. Las luchas feministas, por su parte, han contribuido a socavar el largo reinado del falogocéntrismo desmantelando las inmemoriales estructuras patriarcales y avizorando un nuevo orden más justo, equitativo, e inclusivo. Los discursos políticos y religiosos tradicionales inspirados en los antiguos privilegios y repartos de poder patriarcales, pierden también su eficacia, capacidad de convencimiento y de seducción; acudimos a la bancarrota política e ideológica del viejo sistema, que sin embargo se resiste a morir.

Fisura estructural y religión

Con el giro lingüístico lacaniano se reconceptualiza la noción del inconsciente freudiano, que se puede resumir en la célebre sentencia de que *el inconsciente ni existe ni no existe, si no que se estructura como un lenguaje*. El inconsciente no tiene una existencia óptica a partir de una supuesta materialidad del aparato psíquico y esta más allá de ser el reservorio de las pulsiones y de lo reprimido; es aquello que escapa a la posibilidad simbólica y a lo imaginario, que empero, sólo puede ser pesquisado a través de la palabra (Braunstein, 1993), no a partir de lo que se dice, sino de lo que esta por decirse, merced del deslazamiento y de la condensación que Lacan estructuraliza (Carvajal, D' Angelo y Marchina, 1996). La cadencia del lenguaje nos lleva a significar

y resignificar de manera incesante, ya que la palabra nunca puede dar cuenta cabal de la realidad al devenir como metáfora de ésta, tampoco de la experiencia que es en esencia inenarrable, tal es el caso, de la experiencia religiosa. Esta situación, crea una ruptura y un vacío en la estructura social y en el propio ser.

En el caso de la hermenéutica profunda el inconsciente es concebido como un “acontecimiento social”, de manera tal, que las representaciones simbólicas socialmente establecidas que median las relaciones sociales y los vínculos inter-subjetivos, se establecen como una realidad pre-estructurada que en un mismo acto algo proponen y algo prohíben. Lo socialmente proscrito y reprimido, es precisamente aquella dimensión social de lo inconsciente, donde se rompe la hegemonía estructural y el lazo entre el sujeto y la cultura.

El sujeto se encuentra escindido entre la convención social y aquel contenido negado por la cultura (Lorenzer, 1986), de manera tal, que fluctúa entre el orden societario y aquellos deseos culturalmente reprimidos. La restitución de lo reprimido rompe la hegemonía del consenso social y posibilita el reencuentro del sujeto con una parte extrañada de si mismo, que le permite apropiarse de un pretérito perdido que lo constituye aunque lo ignore, lo cual, posibilita una re-actuación consciente sobre aquellas formas de relación y vinculación opresivas que impiden su “pleno desarrollo” (Martínez, 2007). Por esta vía, es posible discernir el papel político-ideológico de las religiones al servicio del estado de cosas y reconsiderar el propio acontecer, brindando la oportunidad de una re-actuación constructiva y propositiva dando origen a una ontología, una epistemología y por que no a una teología de la liberación (Montero, 2002).

En estos tiempos, subsiste un individuo colonizado, mediatizado y normalizado, carente de utopías y con significados y sentidos pre-determinados (Martínez, 2016). La ausencia de utopías y demandas que subviertan al sistema brindando la posibilidad de catapultarlo más allá de sus propios límites, se convierte en una falencia y en una divisa de nuestra época.

El derecho a la diversidad se enarbola bajo la falacia de una pretendida igualdad de oportunidades y de la posibilidad de la libre elección (Bauman, 2013). La diversidad no está sustentada a partir de la elección como suele suponerse, es más bien resultado directo de las condiciones sociales, históricas, culturales y económicas disímiles, que imponen a amplios sectores determinadas restricciones que coartan su posibilidad de elección, en contraposición a las condiciones ventajosas que gozan otros actores. Lo cierto, es que la desigualdad social produce diversidades no electivas y siempre indeseables.

A partir de la inmediatez del materialismo consumista, de la insubstancialidad que lo caracteriza y de la pérdida de vigencia e impacto de los sistemas religiosos en los individuos y la en sociedad, se produce un debilitamiento de los horizontes utópicos que prescriben orientaciones de vida y aparecen nuevas deidades que van desde un nostálgico retorno a Gaia o la Pacha-mama, hasta la adoración al dinero

y al poder como valores absolutos. Con la pérdida de influencia y presencia de los diferentes sistemas religiosos, se crea una ausencia y un vacío que las posibilidades y alternativas sociales sustitutivas y sublimatorias no siempre logran subsanar.

Bauman (2013), nos advierte que la “realidad líquida” no consiste en un nuevo paradigma, sino justamente en todo lo contrario, en “una era pos paradigmática” de la cultura caracterizada por el cambio y la movilidad, es decir por la inestabilidad y la dificultad en la predictibilidad; una especie de cambio perpetuo aparentemente sin una dirección establecida. La cultura, queda a manos de las fuerzas ciegas de la oferta y la demanda, pierde su carácter trascendente y se mercantiliza. Es un bien más de consumo que se desecha rápidamente por la última oferta, la obsolescencia viene a ser su característica fundamental. Sin embargo, esta fluidez de la que nos habla Bauman discurre a partir de redes estructurales que le dan forma, contenido y dirección, a su vez, como efecto recíproco se propicia una mayor movilidad de las estructuras. Algo semejante ocurre en la contemporaneidad con el fenómeno religioso, al menos en occidente, donde las denominaciones tradicionales revisan sus dogmas centenarios, aparecen nuevas religiones que reformulan y adecuan la ortodoxia a las apetencias y necesidades actuales, y en general ocurre una paulatina y evidente pérdida de influencia de la religión en los espacios públicos y privados; se impone así, un marcado acento laico que reivindica el derecho a no creer, lo cual, no impide que las religiones se coticen y compitan entre si en el mercado de creencias.

Por otra parte diremos que la experiencia religiosa, independientemente de su formalización, institucionalización o reconocimiento social, trasciende el orden racional de las creencias, sean estas compartidas o no, y va más allá de las prescripciones y mandamientos sociales. Es un ámbito inédito que sólo le atañe al sujeto, un fuero privado, una experiencia íntima, singular, única y particular. Dicha experiencia se encuentra más allá de la capacidad y posibilidad simbólica del lenguaje, alude a la mismidad de cada quien, que sólo es posible experimentar y que no se puede definir. Nos encontramos frente la fisura estructural, ese oscuro intersticio donde el orden societario se quiebra y el deseo emerge victorioso (Žižek, 2012). Allende a los decálogos, esta experiencia existe en un inimaginable lugar donde las frustraciones encuentran consuelo y los anhelos sustento; es el reino de lo imposible, hecho a imagen y semejanza de nuestras esperanzas, es el reino de la libertad.

Es la propia comunidad simbólica la que confirma la existencia de una otredad a cuyo poder se somete, confirmación sin la cual ésta última no existiría. Su poder es especular, esto es, a condición de representar simbólicamente los intereses y necesidades de aquellos que se encuentran bajo su designio (Žižek, 2011). El deseo no sólo se juega en el más allá de la estructura, sino también en el orden estructural vigente, bajo la realización fantaseada y simbólica de éste. Esta otredad en el caso de las religiones es Dios o la representación de la divinidad que se trate.

Para Žižek (2011) el sometimiento a la otredad posee una vertiente libidinal, a manera de una erotización retributiva del poder de naturaleza sado-masoquista, de

forma tal, que la autoridad del amo reside en una suerte de satisfacción sustitutiva hecha a imagen y semejanza del deseo ajeno. El amo, así concebido, se “histeriza” nutriéndose del deseo del otro, de esta forma la renuncia del goce propio, a expensas del de los demás, es lo que le constituye a él y a su poder (Lacan, 2002). Esta economía pulsional acaece en un contexto histórico-social determinado por las condiciones materiales de existencia que median, indefectiblemente, las relaciones con los objetos, los otros, el mundo y la vida.

Según lo formula Žižek (2011), lo inconsciente no se encuentra en lo insondable de las profundidades, antes bien impregna todos los órdenes de la vida bajo las titularidades de ideología, religión, sentido común y trato cotidiano; es decir, pasa subrepticamente a una realidad que no se percata de ello. La realidad nunca es tal, es vana apariencia y una ficción interesada hecha a la medida de nuestras necesidades, o mejor dicho, de las necesidades de otros que asumimos como nuestras. Es menester señalar a este efecto, que el extrañamiento y la renuncia entre los individuos distan mucho de ser democrática, aunque el discurso hegemónico trate de ocultar esta realidad.

Dios es del inédito del inconsciente, resultado de la falencia e impotencia humana, el cual reside en un lugar donde el orden simbólico desaparece y la estructura se derrumba, no es un concepto, tampoco una idea, bien dicen las religiones que Dios es incommensurable, es tan sólo, una experiencia momentánea de plenitud frente a una vacuidad interna que se intenta obturar; es la esperanza en una especie de dicha perpetua más allá de la muerte (Martínez, 2016).

La mácula de lo inconsciente denuncia una ruptura en el orden racional, es una ausencia, una especie de agujero que se abre en la estructura del orden de lo proscrito, lo in-nombrado y de lo forcluido. Para Hinkelammert (1996), “el sujeto es una ausencia que grita” y resiste la dominación social, lo que inevitablemente moviliza la estructura social a nuevos horizontes y utopías en un esquivo más allá.

La subjetividad emerge en el instante donde la estructura se fisura y el sujeto deja su impronta, una marca diferencial que él y sólo él puede llegar a establecer, una marca que denota su única y exclusiva presencia en el mundo y en la vida social, su aporte esencial. Esta aportación inédita del sujeto lo separa, momentáneamente del determinismo estructural y asume la modalidad de algo impredecible, una especie de acontecimiento (Žižek, 2012) que le brinda una escapatoria circunstancial de la tiranía del orden social. Paradójicamente este acto de separación integra al sujeto al todo social, ya que ésta aportación personal contribuye a construir la realidad social donde él habita y la hace suya. Para Bosstels (2010), el sujeto es una fisura entre lo real y la imposibilidad correlativa de su simbolización; según lo propone Žižek (2011), el sujeto es resultado de su propia carencia e imposibilidad. La contribución inédita evanescente sujeto, que es a la vez individual y colectiva, perfila los contornos históricos y societarios necesarios para el imprescindible movimiento perpetuo y el cambio social. La materialización en la estructura de lo inédito, surge inicialmente

como alteridad, para posteriormente constituirse como oficialidad u orden establecido.

La vacuidad que flanquea al individuo se intenta obturar con contenidos teológicos, filosóficos o políticos en un vano intento de imponer un orden neurótico frente al caos existente y alcanzar una certeza imposible. Las utopías dibujan horizontes inalcanzables, sin embargo, movilizan al sujeto y a la colectividad en su procura, lo que a la larga propicia las grandes transformaciones sociales. Históricamente, los saltos cualitativos ocurren como resultado de la irrupción de un acontecimiento social de grandes magnitudes que rompe el orden estructural, propician un re-acomodo de fuerzas y construye nuevas realidades. Empero, el cambio estructural no es producto del azar o el arbitrio de las humanas intenciones, su emergencia obedece a determinadas condiciones histórico-sociales, las cuales responden a su vez a acciones individuales y colectivas, todo lo cual, impacta al orden societario y al sujeto también.

Entre un ser y otro hay un abismo, una discontinuidad, una demanda imposible y un deseo siempre insatisfecho. Las relaciones intersubjetivas se constituyen a partir propuestas interaxiales inventadas y fantaseadas (Sanabria, 2007), es a partir de ésta vinculación especular, con un claro carácter egocéntrico, narcisístico y paranoico que imaginamos y concebimos nuestro lugar en la sociedad, aunque esto sea una quimera. Es, en este espacio infranqueable donde habita la muerte, la cual es correlativa a la falta de reconocimiento por parte del otro, ya que si nos ignoran dejamos de existir, nos convertimos en fantasmas errantes sin substancia ni contenido y sufrimos la soledad de los muertos. De esta manera, nuestra propia in-completud nos constituye y el auxilio de la trascendencia viene en nuestra ayuda.

REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt. La cultura en el mundo de la modernidad líquida. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BOSTEEL, Bruno; ŽIŽEK, Slavoj (Org). La teoría del sujeto de Alain Badiou: el reinicio del materialismo dialéctico. Lacan. Los Interlocutores Mudos. Madrid: Ediciones Akal. SA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. La dominación masculina. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BOURDIEU, Pierre. El sentido práctico. Buenos Aires: Biblioteca clásica de siglo XXI, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Intelectuales política y poder. Buenos Aires: Clave intelectual, 2012.

BRAUSTEIN, Nestor. La clínica psicoanalítica: de Freud a Lacan. San José: Clínica de Psicología Dinámica, 1993.

CARBAJAL, Eduardo; RINTY, D' Angelo y MARCHINA, Alberto. Una introducción a Lacan. Buenos Aires: Gedisa, 1996.

DESCARTES, Rene. El discurso del método. Valladolid: Editorial Maxtor, 2007.

FOUCAULT, Michael. Hermenéutica del sujeto. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2009.

- FREUD, Sigmund. Tótem y tabú. Obras Completas. Tomo 2. Madrid: Editorial Nueva Biblioteca, 1913/2012.
- FREUD, Sigmund. Introducción al narcisismo. Obras Completas. Tomo 2. Madrid: Editorial Nueva Biblioteca, 1914/2012.
- FREUD, Sigmund. Más allá del principio del Placer. Obras Completas. Tomo 2. Madrid: Editorial Nueva Biblioteca, 1920/2012.
- FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. Obras Completas. Tomo 2. Madrid: Editorial Nueva Biblioteca, 1930/2012.
- FREUD, Sigmund. El porvenir de una ilusión. Obras Completas. Tomo 2. Madrid: Editorial Nueva Biblioteca, 1927/2012.
- JUNG, Carl. Los complejos y el inconsciente. Madrid: Alianza Editorial, 2001.
- LACAN, Jacques. El plus-de-goce. En: PAGINA/12. Disponible en: <http://pagina/12.com.ar/diario/psicologia/9-45376-2004-12-31.html>. Acceso en: 8/9/ 2016.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito y significado. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- LORENZER, Alfred. (1986). Símbolo, interacción y praxis. México: Siglo XXI.
- LORENZER, Alfred. El lenguaje destruido y la reconstrucción psicoanalítica. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- LORENZER, Alfred. Bases para una teoría de la socialización. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.
- MAHLER, Margaret. Simbiosis humana: vicisitudes de la individuación. México: Editorial J. Mortiz, 1972.
- MARTÍN-BARO, Ignacio. Entre el individuo y la sociedad. En Acción e ideología. Psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores.
- MARTÍNEZ, M. Psicoanálisis y hermenéutica profunda. Revista Costarricense de Psicología, 26 (39), San José, 2007, p. 43-52.
- MARTÍNEZ, M. La función social y psicológica del mito. Revista Káñina, vol. 35, n. 1, San José, 2011, p. 187-199.
- MARTÍNEZ, Manuel. Constitución de la subjetividad. Reflexiones psicogenéticas. San José: Editorial UCR, 2014.
- MARTÍNEZ, M. Psicopatología y teoría de las relaciones objetales. Revista de Ciencias Sociales, vol. 114, San José, 2014, p. 147-158.
- MARTÍNEZ, M. El sujeto de la fisura estructural. Revista reflexiones, vol. 95, n. 2, San José, 2016, p. 57-67.
- MORAGAS, Jerónimo. Psicología del niño y del adolescente. Barcelona: Editorial Labor, 1970.
- QUIRCE, Carlos. Reflexiones psicológicas y filosóficas sobre una nación en crisis. San José: EUNED,

2014.

SANABRIA, Jorge. Hermeneutica profunda y análisis de la cultura. San José: Editorial Univesidad de Costa Rica, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. El espinoso sujeto. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. El sublime objeto de la ideología. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.